



SENADO FEDERAL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Avaliação de Políticas Públicas

(Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil

Presidente: Senador **BENEDITO DE LIRA**

Vice-Presidente: Senador **ACIR GURGACZ**

Relator: Senador **RUBEN FIGUEIRÓ**

1. APRESENTAÇÃO

A avaliação de políticas públicas visa a mensurar os impactos da gestão do Estado na comunidade que beneficia, sejam os esperados pelos idealizadores da ação, sejam aqueles imprevistos, indesejados. Nesse contexto, estabelecem-se as condições necessárias para o aprimoramento da Administração Pública, por meio da reprodução de práticas bem-sucedidas e da revisão de medidas com alto custo-benefício.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), avaliar políticas públicas é mensurar se sua implementação é eficiente, eficaz, efetiva e sustentável no longo prazo. As informações obtidas nesse processo demonstram-se,



SF/14280.30724-23

portanto, fundamentais para a tomada de decisões do Poder Público, haja vista os interesses da sociedade que beneficia.

Tradicionalmente, as estratégias de avaliação são implementadas ao final da execução das políticas públicas. A Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, contudo, tem por objetivo promover, também, a avaliação antes do início do ciclo de execução dessas políticas. Por meio da avaliação de impacto legislativo, pretende-se dotar o Congresso Nacional de insumos importantes para a discussão de proposições, tanto as que estabelecem novas políticas públicas, quanto as que visam aprimorar programas existentes.

A avaliação legislativa tem alto potencial de minimizar efeitos indesejados de políticas públicas, aumentando benefícios junto a seu público-alvo. Ao adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais, ressalta a eficácia das leis. Os recentes trabalhos de avaliação legislativa realizados pelo *Congressional Research Service* norte-americano e pela *British Law Commission* inglesa representam exemplos dessa tendência contemporânea.

No Senado Federal, com base na Resolução nº 44, de 2013, as Comissões Permanentes elegeram, em abril de 2014, temas de sua competência para serem avaliados. No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), serão analisadas as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido nordestino e as de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil. No que diz respeito ao Crédito Rural, objeto deste Plano de Trabalho, espera-se que sua avaliação contribua para aprimorar a concessão de crédito a agricultores, de modo a ampliar a produtividade no campo, um dos principais vetores do crescimento do Produto Interno Bruto do País nas últimas décadas.



2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a avaliação das políticas públicas relacionadas ao Planejamento, à Execução e ao Controle do Crédito Rural no Brasil, sugere-se que a CRA realize as seguintes atividades:

- Requisição de informações ao Poder Executivo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Pesca e Aquicultura);
- Requisição de informações à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Requisição de informações a instituições bancárias e financeiras (Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bancos privados);
- Requisição de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- Identificação de atores sociais relacionados ao tema;
- Análise da legislação correlata;
- Realização de audiências públicas;
- Realização de seminários;
- Ações pelo E-Cidadania (opiniões espontâneas e pesquisa de opinião por meio do Data Senado).



As atividades ora mencionadas deverão enfatizar os seguintes subtemas, dentre outros:

- Financiamento do crédito para a agropecuária e agroindústria;
- Revisão do Sistema de Financiamento do Setor Sucroalcooleiro;
- Financiamento aos municípios para possibilitar a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto;
- Reavaliação do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns nas propriedades rurais em que foi implantado.

Sugere-se que os primeiros meses de trabalho sejam dedicados à realização de audiências públicas com os representantes do Estado e da sociedade que apresentam relação com a política agrícola no Brasil. Desta feita, espera-se que órgãos governamentais, instituições do sistema financeiro e agricultores das diversas regiões do País apresentem suas contribuições a respeito do assunto, seja no que diz respeito aos problemas e aos desafios constatados nos últimos anos, seja no que tange a possíveis soluções para esses desafios.

Após os primeiros meses dos trabalhos, a CRA deverá organizar seminário para que se apresente relatório preliminar sobre a avaliação do Planejamento, da Execução e do Controle do Crédito Rural no Brasil. Prevê-se que o referido relatório seja analisado inicialmente em



outubro de 2014, logo após as eleições gerais no País. O relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão em dezembro de 2014.

3. CRONOGRAMA

Temos, em maio de 2014, a reunião preliminar em que será apresentado este Plano de Trabalho. A partir de então, caso seja aprovado, propomos a seguinte programação para as próximas reuniões:

Data	Atividade	Local	Convidados
Maio de 2014.	Audiência Pública: O Poder Executivo e o Financiamento da Agricultura: Soluções para o Endividamento Rural no Brasil.	Brasília, Senado Federal.	Representantes do Poder Executivo Federal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração; Ministério da Pesca e Aquicultura; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Companhia Nacional de Abastecimento; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
Junho de 2014.	Audiência Pública: A Importância do Sistema Financeiro para o Crédito Agrícola no Brasil: Desafios e Perspectivas.	Brasília, Senado Federal.	Representantes de instituições bancárias e financeiras (Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bancos privados).
Agosto de 2014.	Audiência Pública: Reflexões sobre o Financiamento da Infraestrutura Agrícola no Centro-Oeste.	Região Centro-Oeste (cidade a definir).	Atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura.



Agosto de 2014.	Audiência Pública: Aumento Produtivo e Soluções para o Endividamento Rural na Região Nordeste.	Região Nordeste (cidade a definir).	Atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura.
Agosto de 2014.	Audiência Pública: Problemas e Alternativas para a Política de Crédito Rural na Amazônia brasileira.	Região Norte (cidade a definir).	Atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura.
Setembro de 2014.	Audiência Pública: Renegociação de Dívidas Rurais, Incentivos Econômicos e Custo Fiscal da Política de Crédito Agrícola no Sudeste brasileiro.	Região Sudeste (cidade a definir).	Atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura.
Setembro de 2014.	Audiência pública: Evolução do Modelo de Financiamento Rural na Região Sul.	Região Sul (cidade a definir).	Atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura.
Outubro de 2014.	Apresentação do Relatório Preliminar.		
Outubro de 2014.	Seminário: Balanço dos Desafios e das Perspectivas para a Política de Crédito Rural no Brasil.	Brasília, Senado Federal.	Parlamentares e servidores que tenham interesse no tema.
Dezembro de 2014.	Apresentação e Votação do Relatório Final.		

